

Política

CRISE

O Planalto não vê nenhum motivo para o pedido de trégua de Ulysses

“Não há um quadro de guerra

“Não há quadro de guerra no País. O que existe é um jogo de interesses e a disputa pelo poder, que prejudicam a atuação da Constituinte e do governo federal”, reagiu ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, às declarações do deputado Ulysses Guimarães, de que é preciso haver uma trégua entre Legislativo e Executivo, para o término da Constituinte. O ministro concorda que é necessário deixar a Constituinte e o Legislativo trabalhem em paz, mas lembrou que o presidente Sarney não pode deixar de reagir às constantes pressões que vem sofrendo.

No sábado, o deputado Ulysses Guimarães propôs ao governo federal um “armistício para que a Constituinte possa elaborar com tranqüilidade a nova Constituição, chegando ao fim sem problemas”. Referindo-se às constantes críticas do presidente Sarney à Constituinte, em particular à última “Conversa ao Pé do Rádio”, Ulysses afirmou que a relação entre o governo e a Assembléia tem de ser “sempre construtiva”, sob pena de comprometer os trabalhos dos parlamentares. Ulysses declarou mais tarde não acreditar que o presidente tenha a intenção de partir para um confronto com os constituintes.

— Tenho a certeza, disse Ulysses no

sábado, de que a intenção do presidente Sarney é em torno de um diálogo construtivo entre o governo e a Assembléia Nacional Constituinte.

Pressões

Para o ministro Costa Couto, o que existem são muitas pressões: “De todos os setores, de dentro e de fora do governo, que têm como único mérito atingir o presidente Sarney e o seu mandato”, afirmou o ministro acrescentando que as declarações do presidente têm sido distorcidas, quando ele diz que cumprirá as determinações da Constituinte. “Não é justo dizer que o presidente só pensa na duração do seu mandato, e a partir daí criar situações que só prejudicam o seu governo”, disse Costa Couto.

Ainda com relação ao pedido de trégua do presidente da Constituinte — que nos últimos dias tem atacado duramente o governo e tem recebido do próprio presidente uma resposta — o ministro Costa Couto disse que “a paz é sempre o melhor caminho e se a Constituinte é um fato tão importante da nossa história ela merece atenção exclusiva”. Para o ministro, não é hora de pressionar o governo e de se ater a interesses pessoais, mas é hora de se preocupar



Costa Couto: por que trégua?

com interesses nacionais e concluir imediatamente a Constituição.

Não existe

Costa Couto afirmou ainda que esta crise entre Legislativo e Executivo — que ele acredita não existir efetivamente — está levando a uma disputa incessante pelo po-

der, através de campanhas intempestivas. “As campanhas pela sucessão do presidente Sarney não podem ser iniciadas agora, como querem vários líderes dentro da Constituinte. Nós devemos esperar mais alguns meses, até que a Constituição seja concluída, para que a disputa possa ser iniciada”, acrescentou.

Com relação às informações de que militares estão preparando um manifesto à Nação, exprimindo suas preocupações com os rumos do País, o ministro Costa Couto reagiu: “é impressionante como a cada dia aumentam mais e mais as pressões ao governo, o que não é justo”. Na avaliação do ministro é inadmissível que agora as pressões comecem a sair dos quartéis.

Reações

Ontem, durante a sessão da Constituinte, o deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) falou sobre a troca de acusações entre governo e constituintes, afirmando que estas agressões “só interessam aos grupos que querem fabricar um novo 64”.

Para ele, os constituintes, nessa fase decisiva da conclusão da nova Carta, devem estar atentos a dois pontos: redigir com competência a Constituição e garantir suas presenças nas votações. “Cumprir es-

tes dois pontos fundamentais é o que o povo espera no momento”, disse ele. “O resto não tem importância”.

Para o deputado José Lins (PFL-PE), “não tem sentido prosseguir nessa guerrilha”, numa fase crucial para os trabalhos da Constituinte. “Estamos num momento em que as lideranças partidárias estão chegando a um entendimento — afirmou — permitindo dessa forma que a nova Constituição possa ser concluída logo. O armistício proposto pelo deputado Ulysses Guimarães é importante, pois comentários desagradáveis não constroem nada”.

Já o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) afirmou que o armistício proposto por Ulysses Guimarães “foi a melhor coisa que se falou até agora”, pois o conflito entre o Legislativo e o Executivo “não conduz a lugar nenhum”. Segundo ele, não se trata de deixar a sociedade de boca fechada “mas sim evitar que os excessos compliquem as relações entre Executivo, Legislativo e sociedade e acabem desembocando num conflito maior. Disse, ainda, que o armistício vai ter bons resultados, dependendo do atendimento a esse apelo na área civil, já que a área militar “está sob controle” e tem procurado não alimentar divergências.

O brigadeiro crê no entendimento

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, disse ontem ao *Jornal da Tarde* que ainda acredita que o entendimento prevaleça e as grandes lideranças cheguem a um denominador comum nas discussões essenciais para o País. O brigadeiro, que defendeu em 1969 a posse do vice-presidente Pedro Aleixo (assim como vários outros militares, de acordo com os documentos inéditos ao qual o JT teve acesso) e a reabertura do Congresso Nacional (também após a crise de 69), e em 84 foi contra o continuísmo, disse que só há uma saída para se evitar o agravamento da situação: a busca do entendimento.

Para ele, esta solução só não interessa a alguns grupos radicais, que procuram influir nas questões mais relevantes. Tais grupos, na opinião do ministro, já estão bem identificados, e é preciso, então, que, aqueles que não concordam com as suas propostas irrealistas, reforcem na tendência dos que acreditam no entendimento. Defendendo uma proposta de conciliação, ele deu uma entrevista no Rio:

— Posso estar sendo otimista, mas ainda acredito que os homens que estão conduzindo o processo político encontrem uma solução de consenso que possa ser a saída para a crise brasileira, afirmou o ministro da Aeronáutica.

Mas se o brigadeiro Moreira Lima ainda se mostra confiante no entendimento, outros militares afirmaram que a situação do País hoje se mostra mais grave do que há um mês, e há um mês já se mostrava

mais complexa do que 30 dias antes.

Para os militares de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro que analisaram a situação na última semana para o JT, a indefinição institucional gera uma instabilidade que agrava todos os grandes problemas do País, e poderá até envolver as Forças Armadas e exigir delas a tomada de uma posição diante da falta de rumos.

Um oficial-general do alto escalão militar reconheceu que a repercussão do episódio das críticas do deputado Ulysses Guimarães à Junta Militar de 69 mostrou que o clima político institucional é realmente instável. O que em outra ocasião seria objeto de notas — sem maiores turbulências — dos ministros militares, como repercussão relativa, causou uma expectativa de fatos mais graves.

O País tem sucessivos momentos de extrema instabilidade institucional, na opinião de um oficial-general que analisou ontem os últimos acontecimentos políticos, depois da solenidade realizada no Rio, de comemoração da vitória da Força Expedicionária Brasileira que combateu na Segunda Guerra Mundial.

Os ministros não chegaram a ser objetos de pressões fortes para a divulgação de notas de desgasto da Junta Militar de 69. Mas as notas tiveram a finalidade até mesmo de evitar outras manifestações de solidariedade aos oficiais da junta que certamente não seriam inconvenientes, e poderiam desencadear um processo de radicalização.

O atual governo é um barco à deriva e Sarney um ausente. Ou, pelo menos, falta um timoneiro nesse barco que é o Brasil, e que está na UTI.” Para inverter essa situação, eleições diretas para a Presidência da República já em 1988. Mas também um “plano de emergência” para ser aplicado já, sob a coordenação de lideranças políticas do PMDB, estas numa posição apartidária para que consigam contar com a colaboração de outros setores da sociedade, líderes políticos, empresariais, sindicais, etc.

E o que diz um documento — que já conta com o apoio formal de Orestes Quércia — preparado pelo vice-governador paulista Almino Afonso. Ele vai ser divulgado hoje, na sede regional do PMDB, a partir das 14 horas. Henrique Santillo, governador de Goiás, também o apóia, e é provável que Almino Afonso já tenha também o endosso de Miguel Arraes, Pernambuco e Valdir Pires, Bahia — os dois Estados, ao lado do de Alagoas, são citados no documento que protesta contra a discriminação que estes vêm sofrendo por parte do governo federal. Depois de sua divulgação hoje, com o encaminhaento às lideranças partidárias nacionais, o documento vai ser levado pelo vice-governador para vários Estados.

Objetivos

O documento “da crise interna à construção da democracia” explica melhor um de seus principais objetivos no subtítulo — Carta aberta aos militantes do PMDB — e na assinatura: Almino Afonso o assina como membro fundador do PMDB (assim, também um “histórico” do partido). Ou seja, o

O documento de Almino: eleições já.

As idéias do vice têm o apoio de Quércia: seu primeiro apoio formal aos quatro anos.

documento se dirige especialmente aos “históricos” do partido, que há cerca de dez meses vêm ensaiando uma dissidência:

Como diz o documento, esses fatos já não podem ser “escamoteados”. Acontece que, segundo Almino Afonso, isto tudo não passa de “um erro histórico grave”. Porque a transição para a democracia ainda não terminou e só o PMDB é capaz de garanti-la. A “brutal realidade do País” não permite o “luxo diante da batalha”. “Por que fundar um novo partido se já temos um? Seria postergar o momento de intervir com peso real no processo de decisões.”

Bandeira trocada

Trata-se de não perder a ala “esquerda” de um partido que precisa, às vésperas de eleições, manter sua militância e sua imagem de “centro-esquerda”. Mas aqui o

documento vai enfrentar dificuldades: os dissidentes estão indóceis porque perdem espaço político no próprio partido. Não só na defesa do programa partidário como também dentro da máquina partidária. Um exemplo: apesar de terem preenchido as condições legais, não conseguem que o partido reúna o seu Diretório Nacional para decidir sobre a ruptura com o governo Sarney (o que o documento de Almino não considera prioridade). Ou sobre a punição dos “infiéis” às bandeiras do partido.

Vários de seus líderes estão perdendo espaço em seus próprios territórios eleitorais — é o caso do senador Mário Covas, pelo menos no que se refere aos diretórios do partido, controlados em quase 90% pelo próprio Almino Afonso e Orestes Quércia. Este grupo deve ficar ainda mais turbulento. O documento pensa nisso e propõe reunificar o partido através de “grupos de trabalho” que devem ir aos Estados para contactar militantes com “diplomacia e firmeza”. Defensor desde o início da Constituinte de eleições diretas imediatamente após a promulgação da Constituição e, mais recentemente, de uma passagem radical para oposição ao governo federal, esta ala dos dissidentes do PMDB vê estas lutas passarem para outro comando: justamente o de Ulysses Guimarães que, como candidato à sucessão de Sarney, prefere ser ele a dirigir esta volta à oposição, e até o de Orestes Quércia (recém-classificado por Ulysses como “o coordenador político do País”). Dois políticos que têm na sua forma de atuação restringido o espaço dos chamados “históricos do partido”.

Virginia Murano